

**CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS  
GERAIS - 2007**

**PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Examinador: Desembargador Renato Martins Jacob

**ORIENTAÇÕES**

- 1) Permite-se a consulta ao Texto Constitucional, ao Código de Processo Penal e a Leis Especiais indicadas no “Programa”, vedada a utilização de “exposições de motivos” e obras contendo anotações ou comentários.
- 2) Aborde cada questão, em seus principais aspectos, de forma objetiva e clara.
- 3) O candidato deve evitar a transcrição de artigos de lei, bastando a respectiva menção.
- 4) As respostas serão apreciadas quanto à correção e adequação da linguagem, objetividade, conteúdo e forma de exposição.
- 5) Não devem ser consideradas hipóteses não ventiladas nas questões.

**BOA SORTE!**

**Questão nº 1** (30 linhas, no máximo):

Disserte sobre os tópicos indicados e possíveis implicações no processo penal brasileiro, declinando, se for o caso, as disposições legais e constitucionais correspondentes.

Sistemas de Avaliação das Provas:

- a) – livre convicção (7,0 pontos);
- b) – prova legal (6,0 pontos);
- c) – persuasão racional (7,0 pontos).

**Questão nº 2** (5 linhas, no máximo):

O Ministério Público requer o arquivamento de inquérito policial instaurado para a apuração de latrocínio, fundamentando, na oportunidade, tratar-se de crime de autoria incerta. O Juiz de Direito, por considerar improcedentes as razões que ensejaram o arquivamento, determina a remessa do inquérito policial ao Procurador-Geral de Justiça.

Sob o enfoque da atividade jurisdicional conferida ao Poder Judiciário, **classifique** e **conceitue** o ato praticado pelo Magistrado e **identifique** qual o princípio basilar que orienta a referida providência, ditada pelo artigo 28 do Código de Processo Penal.

**Questão nº 3** (8 linhas, no máximo):

Configurada uma das hipóteses do artigo 411 do Código de Processo Penal, o juiz absolverá desde logo o réu, recorrendo, de ofício, da sua decisão. Apresente os fundamentos que **embasam** e **contrariam** a tese de que referida “modalidade recursal” não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.

**Questão nº 4** (5 linhas, no máximo):

O conflito de competência entre o Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte e o Juízo da 10ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte deverá ser dirimido por qual órgão jurisdicional? Motive a sua resposta.

**Questão nº 5** (15 linhas, no máximo):

Discorra sobre a *reformatio in pejus* indireta e suas conseqüências nos julgamentos pelo Tribunal do Júri.